

## ***O Culto da Arte em Portugal e os antecedentes oitocentistas de A Nossa Casa de Raul Lino.***

**Paulo Simões Rodrigues**

Universidade de Évora

[psr@uevora.pt](mailto:psr@uevora.pt)

### **Resumo**

A partir da citação da obra *O Culto da Arte em Portugal* de Ramalho Ortigão (1836-1915), publicado em 1896, que antecede o início do texto *A Nossa Casa* de Raul Lino (1879-1974), publicado em 1918, procede-se a uma análise comparativa dos dois textos com a finalidade de demonstrar que *A Nossa Casa* pretende formular a definição dos valores que devem pautar o desenvolvimento de uma arquitectura simultaneamente moderna e identitária, como forma de combater o perigo da desnacionalização da arquitectura portuguesa. Vai fazê-lo a partir da enunciação da problemática feita por Ramalho Ortigão em *O Culto da Arte em Portugal* e do exemplo da tipologia da casa de habitação. Deste modo, propõe-se uma leitura e interpretação do texto de Raul Lino num enquadramento temporal mais amplo, isto na sequência directa do diagnóstico das artes em Portugal realizado por Ramalho Ortigão ainda no século XIX, e na interrogação que esta obra coloca sobre a possibilidade da modernidade criar uma arte que refletisse o carácter do seu tempo como as artes do passado reflectiam as circunstâncias das épocas que as tinham produzido.

### **Palavras chave**

Raul Lino (1879-1974), Ramalho Ortigão (1836-1915), Casa, Arte Nacional, Arquitectura Moderna.

## Introdução

Publicado em 1918, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples* do arquitecto Raul Lino (1879-1974) é um ensaio que se inscreve tanto na tradição tratadística da cultura arquitectónica europeia que remonta ao *De re aedificatoria* de Leão Batista Alberti (1452-1485)<sup>1</sup> como na prática moderna do manifesto artístico, iniciada com o *Manifesto Realista* (1855) do pintor francês Gustave Courbet. Enquanto tratado, *A Nossa Casa* propõe a elaboração de princípios e regras universais e gerais<sup>2</sup> para a construção de *casas baratas*<sup>3</sup>. Como manifesto, *A Nossa Casa* tem por objectivo principal identificar e criticar um paradigma da arquitectura moderna (a *desorientação do gosto nacional*)<sup>4</sup> e combater esse paradigma com a definição de um conjunto de valores estéticos<sup>5</sup> (*criar uma feição que bem caracterizasse a moderna habitação portuguesa*)<sup>6</sup>. Isto é, a partir da ideia de casa, Raul Lino propôs-se a responder a uma interrogação que vinha sendo formulada desde a década de 1880 por artistas, arquitectos, críticos, arqueólogos, historiadores, jornalistas e publicistas: se a modernidade, à semelhança do sucedido em épocas passadas, teria a capacidade de criar uma arquitectura nacional simultaneamente perene, de modo a perpetuar no futuro a memória do seu tempo, e apta a satisfazer as necessidades específicas da sua época. É este o significado da citação com que Raul Lino abre *A Nossa Casa*, a qual pertence a uma obra do jornalista e escritor Ramalho Ortigão (1836-1915), *O Culto da Arte em Portugal*, publicada em Portugal no ano de 1896: *É pelo culto da arte que a religião da nacionalidade se exterioriza e se exerce. [...] É pela arte que o génio de cada raça se patenteia, que a autonomia nacional de cada povo se revela na sua autonomia mental, e se afirma, não só pela sua especial compreensão da natureza, da vida e do universo, mas pelo trabalho colectivo da comunidade, na literatura, na arquitectura, na música, na pintura, na indústria e no comércio*<sup>7</sup>. Ao iniciar *A Nossa Casa* com uma citação de Ramalho Ortigão, Raul Lino fundamenta a intencionalidade do seu texto numa das problemáticas estruturantes da arte do século XIX e que é o foco temático estruturante de *O Culto da Arte em*

<sup>1</sup> A datação do *De re aedificatoria* é complexa. O manuscrito foi apresentado ao Papa Nicolau V em 1452, não parou de sofrer alterações até à morte de Alberti em 1472, tendo sido impresso pela primeira vez, por Policiano em Florença, em 1485. CHOAY, F. - A Regra e o Modelo. Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo, p. 15.

<sup>2</sup> CHOAY, F. - A Regra e o Modelo, p. 26.

<sup>3</sup> Embora Raul Lino comece por declarar que *A Nossa Casa* não pretende ser um tratado, isto é um formulário para a criação de belas casas, mas indicar a forma por que deve apreciar o valor estético de uma habitação, na prática acaba por estabelecer um conjunto de preceitos para a edificação de casas, desde a organização do espaço interior, em função da natureza das actividades dos seus habitantes, aos materiais que devem ser utilizados e à integração na paisagem circundante: *Nunca se comece por pensar no aspecto exterior de uma casa (a não ser de um modo muito vago) antes de ser bem estudada a sua planta. (...) Não se deve porém fazer a planta sem estar escolhido o terreno. Há muitas cousas a que atender que dependem da situação de um terreno e que influem poderosamente na disposição de uma casa. Além dos gostos especiais e do modo de vida do proprietário, há a questão muito importante da orientação, que é preciso considerar desde o princípio.* LINO, R. - *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, p. 4, 10 e 11.

<sup>4</sup> LINO, R. - *A Nossa Casa*, p.16.

<sup>5</sup> SOMIGLI, L., *Legitimizing the Artists: Manifesto Writing and European Modernism 1885-1915*. Toronto, University of Toronto Press; TAKEHANA, E., *Legitimizing the Artist: Avant-Garde Utopianism and Relational Aesthetics*, p. 1-24.

<sup>6</sup> LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 27.

<sup>7</sup> LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 2; ORTIGÃO, R. - *O Culto da Arte em Portugal*, p. 197.

*Portugal*, designadamente inquirir se a arquitectura e a arte oitocentistas tinham as qualidades necessárias para se tornarem identitárias e, no futuro, históricas: *Na arquitectura trabalhamos unicamente para nós mesmos, falta-nos o desapego dos bens de fortuna, falta-nos o largo espírito da abnegação, falta-nos a liberalidade cavaleirosa, e falta-nos a fé dos nossos avós*<sup>8</sup>. Com a publicação de *A Nossa Casa*, Raul Lino terá pretendido responder precisamente a essa problemática através do caso da arquitectura habitacional, a tipologia que mais lhe interessava, como passaremos a demonstrar.

### **Ramalho Ortigão e *O Culto da Arte em Portugal***

Em 1900, ao fazer ao balanço do século XIX, Ramalho Ortigão considerava que aquela centúria, em Portugal, não tinha produzido *um único edifício que possa, ainda que muito distanciadamente, comparar-se a qualquer dos monumentos anteriores*, dos séculos XII a XVIII<sup>9</sup>. Esta era uma conclusão a que Ramalho chegava após fazer uma longa reflexão sobre a situação das artes em Portugal entre a Idade Média e o século XIX com a redacção de *O Culto da Arte em Portugal*, ensaio que publicou em 1896 e que foi escrito na sequência e no contexto da sua nomeação e acção como vogal da Comissão dos Monumentos Nacionais em 1894<sup>10</sup>. Efectivamente, embora o pretexto para escrever *O Culto da Arte em Portugal* tenha sido o problema da conservação dos monumentos nacionais, ou melhor da incapacidade do Portugal moderno de preservar a obra artística do seu passado, que lhe era indiferente e ignorava, o teor do texto acaba por se expandir para uma reflexão mais ampla sobre a condição da arte portuguesa na contemporaneidade.

À semelhança do crítico inglês John Ruskin (1819-1900) no seu livro *The Seven Lamps of Architecture*, publicado em 1849<sup>11</sup>, autor por ele convocado como referencial<sup>12</sup>, Ramalho questiona a capacidade do progresso técnico e industrial da sua época preservar os valores e os modos de edificar que durante séculos caracterizaram a arte e a mantive-

<sup>8</sup> ORTIGÃO, R. - *O Culto da Arte ...*, p. 13.

<sup>9</sup> ORTIGÃO, R. - *A arte aplicada em Portugal*, P. 283. Artigo publicado pela primeira vez em *Brasil-Portugal*, a 16 de Junho de 1900 (n.º 34).

<sup>10</sup> O texto é dedicado por Ramalho Ortigão a esta Comissão, estabelecida como órgão permanente do Ministério das Obras Públicas pelo primeiro governo regenerador de Hintze Ribeiro (1893-1897), com a missão de proteger (inventariar, estudar e conservar) os monumentos históricos da nação. Com a sua publicação, Ramalho Ortigão teve por finalidade contribuir para as actividades da Comissão com um diagnóstico da situação do património artístico e histórico em Portugal e a criação de um conjunto de critérios orientadores da sua acção, designadamente para a realização do inventário artístico nacional, considerado como o principal instrumento de protecção aos monumentos nacionais. RODRIGUES, P. A. R. S. - *Património, Identidade e História: o Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos*, vol. I, p. 260-263. Sobre o assunto ver ainda ALVES, A. N. - *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX*, p. 29 e 30.

<sup>11</sup> *Actual representation of history has in modern times been checked by a difficulty, mean indeed, but steadfast: that of unmanageable costume, nevertheless, by a sufficiently bold imaginative treatment, and frank use of symbols, all such obstacles may be vanquished, not perhaps in the degree necessary to produce sculpture in itself satisfactory, but at all events so as to enable it to become a grand and expressive element of architecture composition.* RUSKIN, J. - *The Seven Lamps of Architecture*, p. 152.

<sup>12</sup> *Dizem os ingleses que metade da sua arte contemporânea se deve à iniciativa e à propaganda do grande crítico nacional John Ruskin, que Tolstoi considera um dos maiores homens do século, e a quem Carlyle chamava o eternal Ruskin.* ORTIGÃO, R. - *O Culto da Arte...*, p. 135.

ram ligada afectivamente ao Homem. Isto é, de criar uma arte nacional moderna e perdurável que pudesse vir a ser memória do seu país e do seu tempo - *O egoísmo dos tempos modernos, torna-nos incompatíveis com o cometimento de tão grandes obras. [...] O nosso ideal na arte de construir é que a obra se faça em pouco tempo e por pouco dinheiro. Vamos abandonando cada vez mais, de dia para dia, a pedra e a madeira, em que é nìmiamente moroso para a mórbida inquietação do nosso espírito o trabalho de desbaste, de esquadria e de lavor. Adoptamos, como material típico do nosso sistema de edificar, o ferro, o tijolo e a pasta. A casa cessou de ser uma obra de arquitectura para se converter em uma empreitada de engenharia, e os delicados artistas da pedra, da madeira e do ferro forjado abdicam da sua antiga missão perante os subalternos obreiros encarregados de fundir, de amassar e de enformar a vapor a habitação moderna e o moderno edifício público: a gare, o quartel, o mercado ou a cadeia*<sup>13</sup>. Segundo Ramalho Ortigão, nas construções modernas, essa perda de valores era particularmente evidente na casa de campo portuguesa, cujo *cómodo, módico e gracioso tipo antigo* havia sido substituído por um revivalismo e ecletismo de gosto internacional, pouco adequado à paisagem do país e que descrevia como tendo *formas de um exotismo compósito, as mais delambidas, mais pretensiosas e mais chinfrins, híbrida confusão alucinada de chalet suíço, do cottage inglês, da fortaleza normanda, do minarete tártaro e da mesquita moura, - nódoa e vexame da paisagem portuguesa nas redondezas de Lisboa*<sup>14</sup>. Por meio do exemplo da casa de campo, Ramalho Ortigão identificava aquele que era, na sua perspectiva, o principal problema da arte e da arquitectura portuguesas contemporâneas, a sua desnacionalização, que no quadro do nacionalismo finessecular, agudizado pelo ciclo comemorativo iniciado em 1880 com o Centenário Camoniano<sup>15</sup> e pelas circunstâncias políticas do ultimato inglês de 1890<sup>16</sup>, era entendida como um sintoma da decadência nacional<sup>17</sup>. A sua causa radicava na desorientação das políticas artísticas dos governos liberais que tinha conduzido à quebra da tradição da arte portuguesa, alicerce da produção artística nacional. Não tinham conseguido instituir escolas de arte nacional e, sem estas instituições, faltavam os modelos, as orientações, os professores que ensinassem os artistas portugueses. As casas, as cidades, os prédios, as praças, as avenidas, os cemitérios, os jardins públicos, as lojas, as repartições do Estado e as habitações particulares eram a materialização da decapitação oficial da educação artística do país no século XIX<sup>18</sup>.

<sup>13</sup> ORTIGÃO, R. - O Culto da Arte..., p. 14.

<sup>14</sup> ORTIGÃO, R. - O Culto da Arte..., p. 131 e 132.

<sup>15</sup> O Centenário de Camões significou uma coisa: que este povo é capaz de se mover por uma ideia. Não está morto como o julgaram aqueles que o ludibriaram sangrando-o pelo imposto, vendendo-o pelos empréstimos, matando-lhe o trabalho e desmembrando-lhe o território por tratados fraudulentos. BRAGA, T. - Os Centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas, p. 53.

<sup>16</sup> O Ultimato provocou um movimento colectivo em defesa da honra nacional ferida. Nesse movimento esboçou-se um renascimento do patriotismo, em que se reviveram tempos passados de glória. CATROGA, F. - Morte Romântica e Religiosidade Cívica, p. 602-607.

<sup>17</sup> *Á infecundação do individuo pelo espirito da raça corresponde o desfalecimento do poder creativo, a inercia da intelligencia, a esterillidade do estudo, a degeneração da phantasia, o abandalhamento do gosto, a atrophia do próprio caracter, e, em ultimo resultado da decadencia geral, a desnacionalização pelintra de todo um povo.* ORTIGÃO, R. - O Culto da Arte, p. 123-125.

<sup>18</sup> ORTIGÃO, R. - O Culto da Arte..., p. 128.

Os documentos históricos demonstravam que os poderes políticos anteriores ao liberalismo não tinham votado os edifícios públicos ao abandono<sup>19</sup>, atitude que para Ramalho Ortigão explicava a beleza e a elevada qualidade construtiva dos monumentos mais antigos, características que tinham mantido a sua capacidade de sensibilizar o espírito humano até ao século XIX<sup>20</sup>. Por isso, embora Ramalho considerasse que o dever do presente fosse conservar os monumentos do passado<sup>21</sup>, também defendia que essa obrigação não deveria limitar a capacidade de construir no presente, nem tornar a arquitectura num paradigma da auto-contemplação da criatividade passada. Antes pelo contrário, a função da arte do passado no presente deveria ser abrir o caminho para uma estética nacional mais adequada aos novos tempos. Era o que sucedia com a casa dos Condes de Arnosos em Cascais, concluída em 1894 e projectada pelo próprio conde, Bernardo Pinheiro Correia de Melo (1855-1911), formado em engenharia<sup>22</sup>. Nas páginas de *O Culto da Arte em Portugal*, a casa dos Condes de Arnosos era classificada como exemplar pelo modo como integrava, na sua construção, enquanto casa de campo moderna, elementos tradicionais da arquitectura doméstica portuguesa.

Na casa de Cascais dos Condes de Arnosos, Ramalho Ortigão destacava *o seu pequeno eirado sobre uma arcada de meio ponto, a porta de alpendre num patamar de escada exterior, o painel de azulejos com o santo padroeiro da família e as janelas de peitos guarnecidas de rótulas entre cachorros de pedra, destinados às varas do estendal, e servindo de mísula aos vasos de craveiros e de manjericos, em frente do poço de roldana, no mais doce e tranquilo sorriso de outrora*<sup>23</sup>. Ramalho achava-a *saudosamente semelhante à casa dos nossos avós*<sup>24</sup>, o historiador Gabriel Pereira (1847-1911), em 1904, considerava que representava uma das primeiras tentativas de *satisfazer o tão ambicionado como patriótico ideal da “Casa Portuguesa”*<sup>25</sup>. Gabriel Pereira, em 1904, escrevia no contexto da sua intervenção no debate à volta da possível existência de uma “casa portuguesa”, enquanto a publicação de *O Culto da Arte em Portugal* em 1896 coincidiu com o início desse debate<sup>26</sup>. Por isso, apesar dos dois textos partilharem o

<sup>19</sup> ORTIGÃO, R. - *O Culto da Arte...*, p. 18 e 19.

<sup>20</sup> ORTIGÃO, R. - *O Culto da Arte...*, p. 84, 85, 89 e 95-97.

<sup>21</sup> Muito influenciado pela filosofia positivista de Auguste Comte e Hippolyte Taine, Ramalho Ortigão salienta que o seu tempo assistiu ao início do estudo da história da arquitectura segundo uma nova metodologia científica, cujo fim era encontrar as causas dos seus progressos e da sua decadência, criando-lhe, assim, um poderoso vínculo com a história do homem. O resultado foi a completa alteração da ciência histórica, à luz desta nova metodologia historiográfica, fazendo com que as populações concedessem uma atenção especial aos seus edifícios antigos, assumindo-os como o seu património construído. ORTIGÃO, R. - *O Culto da Arte...*, p. 17 e 18.

<sup>22</sup> Conhecida como Casa de São Bernardo, está localizada na actual Avenida Humberto II de Itália. Bernardo Pinheiro Correia de Melo foi também escritor e secretário do rei D. Carlos, tendo pertencido ao denominado grupo dos Vencidos da Vida, que incluía o próprio Ramalho Ortigão e o escritor Eça de Queirós. A Casa de São Bernardo foi um dos locais de reunião dos Vencidos da Vida.

<sup>23</sup> ORTIGÃO, R. - *O Culto da Arte...*, p. 132 e 133.

<sup>24</sup> ORTIGÃO, R. - *O Culto da Arte...*, p. 132.

<sup>25</sup> VITERBO, S. - *Anotações Artísticas e Archeológicas. A Casa Portuguesa*, p. 567. O texto foi publicado pela primeira vez em 1904.

<sup>26</sup> A primeira alusão à questão da “casa portuguesa” surgiu numa nota de final de texto de pequeno opúsculo intitulado *A Casa de Viriato. Notícia Descritiva e Crítico-Histórica*, da autoria de Henrique das Neves e publicado em 1893. Em Fevereiro de 1895, na revista *Arte Portuguesa*, Gabriel Pereira publicou 8 estampas com 8 tipos de casas da Beira Alta, acompanhadas por um texto em que o historiador destaca-

mesmo quadro cultural de procura e estabelecimento de uma identidade arquitectónica portuguesa e das características estruturais apontadas por Ramalho Ortigão na casa dos Condes de Arnoso como identificadoras de um estilo português de casa de campo coincidirem com algumas das características identificadas pelos primeiros inquêritos à “casa portuguesa” como constantes da arquitectura rural do norte e centro do país (o terraço, o alpendre e a escada exterior de acesso ao primeiro andar, o piso nobre da casa)<sup>27</sup>, os objectivos que os determinaram são substancialmente distintos. Enquanto os inquêritos à “casa portuguesa” procuraram encontrar na configuração da arquitectura rural a expressão material de uma cultura de habitar ancestral que, na sua essência, resistia à passagem do tempo, Ramalho Ortigão propõe a ideia de uma arquitectura que conciliasse essa cultura de habitar nacional e tradicional com as condições e as necessidades da vida moderna, de maneira a preservar as especificidades da identidade nacional num mundo em mudança: *O século XIX, se com a impotência de continuar a obra monumental dos séculos que o precederam, acumulasse a incapacidade de compreender e venerar essa obra, representaria um pavoroso retrocesso na história. Não sucede assim, porque são invioláveis as leis do progresso*<sup>28</sup>. Parece-nos ser a essa proposta que Raul Lino procurou responder com a publicação de *A Nossa Casa*.

#### **A Nossa Casa de Raul Lino como manifesto.**

De acordo com a classificação estabelecida por Françoise Choay, podemos integrar *O Culto da Arte em Portugal* de Ramalho Ortigão na categoria de textos comentadores e *A Nossa Casa* de Raul Lino na de textos realizadores. Os primeiros fazem do estabelecimento humano um assunto a comentar e não tencionam sair do universo do escrito, os segundos encaram-no como um projecto a realizar, pretendendo contribuir para a produção do mundo construído, para a edificação de espaços novos<sup>29</sup>. Consideramos que enquanto texto realizador, *A Nossa Casa* encontrou no registo comentador de *O Culto da Arte em Portugal* o diagnóstico daquela que considerava ser a principal ameaça à arquitectura portuguesa no início do século XX, a sua desnacionalização: *Várias foram as causas - umas de origem psicológica, outras de ordem social - que provocaram a tam desastrosa queda no barbarismo de construções que deslustram a maioria das localidades portuguesas e que amplamente atestam a corrupção do gosto nacional. Uma grande parte, porém, da responsabilidade neste desastre, cabe à introdução de certas*

---

va as características arquitectónicas que lhes eram comuns, independentemente das configurações que cada uma assumia, e que se haviam mantido ao longo do tempo. No entanto, no mesmo artigo, Gabriel Pereira duvidava que essas características fossem suficientes para demonstrar a existência de uma “casa portuguesa”, haviam demasiadas variações dentro da mesma região e ainda maiores diferenças entre regiões distintas. Em Junho de 1896, na revista *O Ocidente*, Henrique das Neves respondia a Gabriel Pereira reconhecendo a existência de uma substancial diversidade regional nos modos de construir casas, desde os tipos de material utilizados até às configurações dos vãos. Verificava, contudo, que essa diversidade era unificada por um espírito comum, o da capacidade de adaptar o edificado às circunstâncias materiais e sociais de cada região, o que fazia com que o problema da casa portuguesa se mantivesse apesar das reconhecidas diferenças regionais. Sobre o assunto ver RODRIGUES, P. S. - Das origens da arquitectura popular em Portugal no século XIX: Arqueologia de uma ideia, p. 19-48.

<sup>27</sup> NEVES, Henrique. das - Casa Portuguesa I. *O Ocidente*. vol. 19, n.º 625 (1896) p. 102; NEVES, Henrique das - Casa Portuguesa II. *O Ocidente*. vol. 19, n.º 626 (1896) p. 109 e 110; PEREIRA, Gabriel - Casa Portuguesa. *O Ocidente*. vol. 19, n.º 629 (1896), p. 132.

<sup>28</sup> ORTIGÃO, R. - *O Culto da Arte...*, p. 14 e 15.

<sup>29</sup> CHOAY, F. - *A Regra e o Modelo*, p. 25 e 58.

*publicações francesas que tiveram grande voga em Lisboa, servindo para divulgar entre nós os tipos de construções completamente inadequados ao nosso país [...]*<sup>30</sup>. Daí o primeiro texto ser antecedido por uma citação do segundo.

Não nos deve surpreender esta aproximação de Raul Lino às ideias de Ramalho Ortigão cerca de 22 anos após a publicação de *O Culto da Arte em Portugal*. Por um lado, a sua formação escolar, decorrida entre a Inglaterra (onde entre 1890 e 1893 frequenta um colégio católico nos arredores de Windsor) e a Alemanha (onde estuda arquitectura entre 1893 e 1897, dos 13 aos 18 anos de idade), teve uma tendência marcadamente romântica que lhe proporcionou o desenvolvimento de uma percepção espiritual da vida<sup>31</sup>. Na Alemanha, ingressou no atelier do arquitecto Albrecht Haupt (1852-1932), que se tinha doutorado com uma tese sobre a arquitectura do renascimento em Portugal, onde adquiriu um entendimento cultural da arquitectura, focado na sua relação com a história e o lugar<sup>32</sup>, que determinará todo o seu percurso profissional e o aproximarão das preocupações identitárias e nacionalistas de Ramalho Ortigão. Por outro lado, também devemos entender a publicação de *A Nossa Casa* como reacção a uma prática da arquitectura habitacional ainda dominada pelos construtores civis, em que os arquitectos profissionais eram uma minoria, como demonstrou Raquel Henriques da Silva com o exemplo das Avenidas Novas, em Lisboa, na primeira década do século XX, onde a lista dos primeiros era *vasta e imparável*<sup>33</sup>: *Há muitas pessoas que se dispõem a fazer uma casa para habitar, mas que não querem ou não podem contar com o auxílio de um arquitecto. Bom seria que essas pessoas antes de começarem a planear qualquer coisa assim, pensassem por uns momentos no que vão fazer*<sup>34</sup>. A arquitectura das Avenidas Novas era a arquitectura do tempo de Lino, predominantemente eclética, que ele achava banal e que deveria ser combatida por um processo de nacionalização. A natureza propositiva de *A Nossa Casa* visou contribuir activamente para esse processo, daí o pretexto da publicação, enunciado logo no seu sub-título, de transmitir orientações para o bom gosto na construção de casas simples (*Apontamentos sobre o bom gosto na construção de casas simples*), e dessa intenção se concretizar no estabelecimento de um conjunto de valores que deviam nortear a criação de uma arquitectura simultaneamente moderna e nacional. Ou seja, capaz de representar quer o espírito do tempo, quer o espírito da nação, que incluía o lugar e quem o habitava, tal como a arquitectura do passado o fazia em relação às diferentes épocas da história do país. Uma arquitectura que resultava de saberes tradicionais, mas de saberes tradicionais

em permanente actualização, de modo a se adequarem às necessidades particulares de casa época<sup>35</sup>.

---

<sup>30</sup> LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 8

<sup>31</sup> PEREIRA, P. A. A. B. M. - Raul Lino: arquitectura e paisagem (1900-1948), p. 34-36.

<sup>32</sup> RIBEIRO, I. - Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura, p. 27-41.

<sup>33</sup> SILVA, R. H. da - *As Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930*, p. 59.

<sup>34</sup> LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 9.

<sup>35</sup> RAMOS, R. J. G. - O problema da habitação e a casa portuguesa como dissídio moderno (1900)", p. 64.

Para o arquitecto Raul Lino, a solução para o desenvolvimento de uma arquitectura nacional não estava nem no revivalismo, que continuava a ser demasiado indiferenciado, nem no manuelino<sup>36</sup>, pouco apropriado à arquitectura doméstica, nem sequer no inquerito à “casa portuguesa”<sup>37</sup>, cujo resultado ainda era, à altura, uma incógnita. Estava na atenção aos valores que, de acordo com o arquitecto, determinavam as especificidades de uma identidade arquitectónica: a paisagem<sup>38</sup>, o clima<sup>39</sup>, os recursos materiais endógenos<sup>40</sup> e as práticas quotidianas decorrentes dos modos de vida<sup>41</sup>. Mesmo que as características estilísticas variassem regionalmente, em conformidade com as variações ambientais das diferentes geografias nacionais, a cultura do habitar mantinha-se por via da invariabilidade desses valores<sup>42</sup>. Era por este motivo que o projecto arquitectónico devia começar pela planta<sup>43</sup>, os valores das culturas do habitar reflectiam-se em primeiro lugar

<sup>36</sup> *Será ainda preciso dizer-se que não podemos hoje pretender fazer obras góticas, românicas ou de qualquer outro estilo para cuja realização já as circunstâncias determinantes se escoaram num passado que nunca poderá voltar? Tam impossível é criar hoje qualquer obra manuelina como tornar a descobrir o caminho marítimo para a Índia.* LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 22.

<sup>37</sup> Em 1918, Raul Lino era da opinião que a questão da “casa portuguesa”, tal como estava a ser formulada, ameaçava tornar-se não mais que um *devaneio literário ou de ser apenas a mais recente fase do período de imitações ao qual não nos queremos desprender*. Lino, R. (s.d.) 62. Esta posição de Lino ir-se-á alterar nos anos seguintes, como fica patente pela publicação de *A Casa Portuguesa* em 1929 e *Casas Portuguesas* em 1933, possivelmente em função dos caminhos que a arquitectura portuguesa tomou a partir do segundo quartel do século XX. GARRIDO DE OLIVERA, C. - 1918-1933, Raul Lino: ‘De re aedificatoria’ on ‘A Nossa Casa’, a specific and ‘modern’ treatise.

<sup>38</sup> *É certo porém que o primeiro dever de ordem estética para quem construi é o de uma adaptação absoluta ao ambiente em volta da casa, e no modo como isto se consegue está a pedra de toque do valôr artístico de qualquer construção no campo.* LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 11.

<sup>39</sup> *Por causa do nosso clima desabrido é preciso dar atenção a que a entrada do exterior fique bastante abrigada para evitar os vendavais dentro de casa cada vez que se abre a porta. [...] Não há bordas de telhado mais belas que as que são arrematadas por um beiral à portuguesa. Essas outras, as dos chamados chalés, desde há muito que estariam condenadas se se pensasse um pouco no custo da sua conservação; raquíticas criações, o nosso clima não as perda e só se podem manter protegidas por camadas de tinta a óleo renovadas constantemente. [...] Quantas vezes sem consideração cometemos o desacerto de adoptar certos estrangeirismos. Fizemos a observação de que nas construções modernas escasseiam os alpendres; em compensação abundam os recintos envidraçados (por todos os lados e por cima) que se prestariam apenas à cultura de plantas exóticas. Mas se é para esse fim que êles utilizam; não se sabe bem para que possam servir, - torreiro no verão, brejos no inverno, servem principalmente de campo para as mais barbaras combinações de vidros de côr.* LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 14 e 23-26.

<sup>40</sup> *Sabemos que a madeira tem aplicação também nas tradicionais varandas da Beira, mas aí é lógico o seu emprego visto visto que abunda na região o castanheiro que fornece linda madeira e da mais resistente.* LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 24.

<sup>41</sup> *É incrível que em muitas habitações, a par de uma sala de visitas inhospita e de uma sala de mesa solene e pomposa, subsista ainda o costume das senhoras se conservarem durante a maior parte do dia na chamada casa de costura - uma divisão acanhada e desguarnecida, destituída de todo o interêsse.* LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 13.

<sup>42</sup> *Nunca se pergunte em que estilo se vai construir. É lógico que se construa no estilo da região. É natural que se respeitem tradições locais, que adoptemos processos de mão-de-obra experimentados, que nos sirvamos dos materiais circunjacentes. Assim se fez sempre noutras épocas, assim se faz hoje em outros países onde as aldeias e as vilas conservam (melhor que as cidades) todo o seu carácter regional.* LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 15.

<sup>43</sup> *Nunca se comece por pensar o aspecto exterior de uma casa (a não ser de um modo muito vago) antes de ser bem estudada a sua planta. O carácter essencial das fachadas de uma casa reside nas suas proporções gerais, e estas só podem ser determinadas depois de haver uma planta definitiva.* LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 10.



na organização do espaço da casa. A situação repetia-se na dimensão temporal, na relação da modernidade com o passado, que não se deveria concentrar numa determinada configuração arquitectónica, mas no modo a cultura do habitar e os valores que a fundamentavam determinaram a sua identidade. Logo, a atenção à arquitectura do passado não visava a sua recuperação ou recriação, mas conhecer exemplos de aplicação dos valores de identidade arquitectónica descritos por Lino com a finalidade da sua actualização<sup>44</sup>. É na transmissão desses valores que o texto de Lino se aproxima da natureza literária do manifesto artístico e o podemos entender como uma resposta às preocupações de Ramalho Ortigão.

### Considerações Finais

Embora *A Nossa Casa* de Raul Lino seja sobre a arquitectura moderna, não define o que esta é, nem o que pode vir a ser. Prolongando uma problemática e uma agenda de formulação oitocentista, sinalizada na citação de *O Culto da Arte em Portugal* de Ramalho Ortigão, trata da possibilidade da concepção de uma arquitectura moderna que respondesse ao espírito e às necessidades circunstâncias do presente sem romper com a memória cultural e as especificidades biofísicas do lugar. Isto é, de uma arquitectura simultaneamente moderna, nacional e identitária. Trata dessa possibilidade porque não define concretamente o que considera ser a arquitectura moderna, nem propõe a configuração de um estilo, à semelhança do que fizeram e irão fazer textos semelhantes. Limita-se a descrever e a caracterizar os factores e os valores que deverão pautar os projectos de arquitectura moderna: a paisagem, o clima, os recursos materiais locais e os modos de vida. É por isso que a sua abordagem também privilegia a casa de habitação, em particular a casa rural ou de campo, porque é nesta tipologia que esses valores são mais determinantes e se manifestam mais explicitamente. Portanto, não recusa a modernidade e as suas circunstâncias, nem defende a imitação dos estilos do passado. O que Raul Lino procurou foi identificar e seleccionar os factores do passado cuja actualização no presente lhe permitam conciliar progresso e tradição, cosmopolitismo e identidade nacional, materialidade e espiritualidade, mudança e continuidade.

---

<sup>44</sup> *Tomemos por exemplo as casas que se faziam antes da desorientação do gosto nacional. [...] A evolução do estilo vai-se fazendo insensivelmente sem perda do carácter nacional, enquanto nos conservamos fieis ao encanto produzido por essas boas casas portuguesas de há meio século para trás. [...] Essas cazitas sorridentes, sempre alegres na sua variada caiação; casas de um branco radiante como o da roupa corada ao sol, outras de cor de rosa com os beirais verdes, dando-nos uma impressão de frescura que lembra melancias acabadas de retalhar. [...] Desta casa poderíamos criar uma feição que bem caracterizasse a moderna habitação portuguesa. [...] Parece-nos que esta é a orientação em que se poderiam aproveitar as qualidades pitorescas dos nossos antigos pátios e átrios de entrada por uma forma consentânea às modernas condições de vida. [...] Mas nada nos obriga a adoptar esquemas correntes, banais, vulgarizados através de uma industria indiferente à educação artística do público. Pelo contrário, é perfeitamente justificável que procuremos encontrar meios de transpôr para a nossa habitação de hoje elementos produzidos de quaisquer impressões que nos encantem nas casas de outros tempos, - afinidades, reflexos apenas -; nada de copiar porém, que o copiar, a não ser durante os exercícios de aprendizagem, é improdutivo; quem só copia é porque não distingue o essencial do acessório - e o que nós queremos é o reconhecimento do que é essencial, é o afêro à nossa índole verdadeira, o sentimento e a intuição das cousas portuguesas, para assim podermos caminhar criando alguma cousa também e não nos enredarmos apenas no retilhar de fórmulas invariáveis e portanto estéreis. [...] Para isto não nos faltam os melhores modêlos nas nossas construções antigas mas a sua adaptação às casas modernas terá de ser sempre muito ponderada e bem estudada.* LINO, R. - *A Nossa Casa*, p. 16, 27, 28 e 30.

## Bibliografia

ALVES, Alice Nogueira - **Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009. Tese de Doutoramento.

BRAGA, Teófilo - **Os Centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas**. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.

CATROGA, Fernando - Morte Romântica e Religiosidade Cívica. In **História de Portugal. O Liberalismo (1882-1890)**. Mem Martins: Círculo de Leitores, volume V, 1992. p. 602-607.

CHOAY, Françoise - **A Regra e o Modelo. Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

GARRIDO DE OLIVERA, Carla - 1918-1933, Raul Lino: 'De re aedificatoria' on 'A Nossa Casa', a specific and 'modern' treatise". **Joelho. Revista de Cultura Arquitectónica**, [Em linha]. N.º 5 (2009), p. 94-103 [Consultado a 13 nov. 2018]. Disponível em: <<http://impactum-journals.uc.pt/joelho/article/view/1690>>. ISSN 1647-8681.

LIINO, Raul - **A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples**. Lisboa: Atlantida, s.d. [1918].

ORTIGÃO, Ramalho - A arte aplicada em Portugal. In **Arte Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, vol. II, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho - O Culto da Arte em Portugal. In **Arte Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, vol. I, 1943. p. 6-198.

PEREIRA, Paulo Alexandre Alves Barroso Manta - **Raul Lino: arquitetura e paisagem (1900-1948)** [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013 (Tese de doutoramento). [Consult. 11 Nov. 2018]. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/5917>](http://hdl.handle.net/10071/5917). ISBN 978-989-732-233-4.

RAMOS, Rui Jorge Garcia - O problema da habitação e a casa portuguesa como dissídio moderno (1900). In **Modernidade Inquieta. Arquitectura e identidades em construção: desdobramento de um debate em português**. Porto: Edições Afrontamento, 2014, p. 59-68.

RIBEIRO, Irene - **Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura**. Porto: FAUP Publicações, 1994.

RODRIGUES, Paulo Alexandre Rodrigues Simões - **Património, Identidade e História: o Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2 volumes, 1998. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Paulo Simões - Das origens da arquitectura popular em Portugal no século XIX: Arqueologia de uma ideia. In André, Paula., Sambricio, Carlos, *Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda*. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2016. p. 19-48

RUSKIN, John - **The Seven Lamps of Architecture**. New York: John Wiley, 1849.

SILVA, Raquel Henriques da Silva - **As Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 3 volumes, 1985. Dissertação de Mestrado.

SOMIGLI, Luca - **Legitimizing the Artists: Manifesto Writing and European Modernism 1885-1915**. Toronto: University of Toronto Press, 2003;

TAKEHANA, Elise - Legitimizing the Artist: Avant-Garde Utopianism and Relational Aesthetics. **Shift - Graduate Journal of Visual & Material Culture**. 2 (2009) 1-24.

VITERBO, Sousa - Anotações Artísticas e Archeologicas. A Casa Portuguesa. **Boletim da Real Associação dos Archeologos Portuguezes**. XII, 112 (1912) 567.